

O POPULAR E O SOCIAL: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE HABITAÇÃO DAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA

Vera Lucia Nehls Dias & Kleber Humberto da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Departamento de Geografia.
Rua Visconde de Ouro Preto nº 457 Centro - 88015-310 - Florianópolis, SC – Brasil
Telefone: (48) 2229168 Ramal: 31 Fax: (48) 2229168.
E-mail: f2vlnd@udesc.br

Recebido 16 de março de 2003; revisado 1 de dezembro; aceito 6 de janeiro de 2004

RESUMO - Este estudo trata das representações sobre habitação dos moradores de baixa renda inseridos em duas sociedades distintas: Florianópolis, sul do Brasil e Le Mans, noroeste da França. Nele, pretende-se investigar as representações que esses moradores constroem acerca da habitação e do seu entorno e, identificar as aspirações e os limites do “morar” e do “morar bem”.

Palavras-chaves: Representações – moradores de baixa renda – habitação – Brasil - França

RESUMÉ - Cette étude traite des représentations sur l’habitation des résidents aux faibles revenus de deux sociétés: l’une située dans la ville de Florianópolis, localisée au sud du Brésil et l’autre dans la ville de Le Mans, localisée à nord-ouest de la France. Notre exercice consiste en investiguer les représentations que les habitants construisent sur l’habitation et sur son environnement et identifier les aspirations et les limites de “demeurer/habiter” et de “bien habiter”.

Mot-clef: Répresentation - résidents aux faibles revenus – habitation – Brésil – France.

ABSTRACT - This study deals with the representations over housing for the low class population who are inserted into two distinct societies: Florianópolis, in the south of Brazil and Le Mans, in the northwest region of France. Therein, the aim is the

investigation of the representations these inhabitants may build concerning housing and its boundaries as well as to identify the aspirations and limits of “living” and “good living”.

Keywords – representations, housing, popular and social.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora apresentamos, propõem ineditamente a comparação das representações sobre habitação das populações de baixa renda entre duas sociedades distintas. Como fio condutor dessa comparação, tomamos emprestada a reflexão dos geógrafos Fournier e Sabot que inspirados em Aristóteles propõem que encontremos o “gênero próximo” e a “diferença específica”. Segundo esses autores, Aristóteles definia o homem como um animal político: animal seria seu gênero próximo e político sua especificidade (2001:59-63). Assim, nossa proposição para conhecer essas sociedades (sem fazer delas julgamento de valor – subdesenvolvida/desenvolvida – ainda que reconhecendo a validade histórica dessa designação na origem, fato que motivou esta pesquisa)¹ ampara-se nessa discussão onde a diferença, torna-se especificidade e esta é sempre incomparável pois particular a cada contexto onde está inserida. Desta forma, nosso exercício resume-se a apontar os aspectos idênticos e reconhecer as especificidades de cada sociedade estudada e deste aprendizado ensaiar análise.

¹ As expressões desenvolvido e subdesenvolvido tomaram especial significado nos anos pós segunda guerra mundial quando diferenciavam (a partir de critérios adotados pela ONU) os países com alto níveis de produtividade, renda per capita e desenvolvimento econômico, daqueles que possuíam baixos índices. Essa idéia foi solidificada nas expressões primeiro, segundo e terceiro mundo.

É preciso alertar o leitor sobre algumas premissas teóricas que balizam nosso estudo, pois não nos propusemos a desvendar uma realidade verdadeira dos fatos, produzindo um conhecimento que desse conta de todas as causalidades e que estabelecesse todas as relações possíveis a seu respeito mas, aprendemos com Castoriadis (1975) que só podemos nos propor a esclarecer mais sobre alguns aspectos do objeto e não a sua totalidade. Posto que a totalidade absoluta do real é também uma maneira de imaginá-lo. A esse respeito, Veyne esclarece que:

“A verdade escapar-nos-á sempre, ela é sempre mais profunda. De fato o mundo sublunar não tem profundidade em lado nenhum, é somente muito complicado; nós atingimos certamente verdades, mas estas são parciais (...). O objeto de estudo não é nunca a totalidade de todos os fenômenos observáveis num tempo e num meio dados, mas sempre alguns dos seus aspectos que são escolhidos consoante a pergunta que fazemos, a mesma situação espaço-temporal pode conter um certo número de diferentes objetos de estudo” (Veyne, 1971:53 e 46).

Neste sentido, nosso olhar sobre as representações não se propôs a encerrar questões, fechar esquemas, mas antes de tudo olhar o que já era conhecido sobre este espaço e, deste modo, buscar outros caminhos para a compreensão das relações que os sujeitos estabelecem com as suas verdades, as quais apontam tanto as características que os identificam como também aquelas que dão sentido a sua própria existência.

Esta pesquisa foi construída em diferentes etapas: a) aplicação de 488 questionários, sendo 225 junto aos moradores de dois bairros residenciais de HLM² da cidade de Le Mans³ e, 263 junto aos moradores de três assentamentos de habitações populares de Florianópolis⁴; b) entrevistas com representantes das comunidades e; c) revisão bibliográfica. A análise das enquetes foi feita com o auxílio de três programas de computador: *Excel*, *Sphinx Léxica 2000* e *Askia* que permitiram o cruzamento das informações e a criação de ‘categorias’ extraídas dos discursos dos entrevistados.

² Na França, as habitações sociais são também conhecidas como HLM (*Habitation à Loyer Modéré*) o quer dizer Habitações com Aluguel Moderado, ou seja, habitações com aluguel abaixo do preço de mercado. Uma das particularidades das habitações para pessoas de baixa renda na França é de que elas não são de propriedade dos moradores. O patrimônio de HLM normalmente pertence as prefeituras ou ao departamento que são níveis diferenciados de patrimônio público. Outra particularidade é que existe uma “ajuda” para pagamento dos aluguéis que se chama APL (*Aide Personnalisée au Logement*) - Ajuda Personalizada para Moradia. Esta ajuda é oferecida pela CAF (*Caisse de Allocation Familial*) Caixa de Abono/gratificação Familiar, órgão do Estado, que calcula o montante de “ajuda” mensal a partir da remuneração total de cada família. Assim, podemos encontrar no mesmo prédio e em apartamentos de mesmo tamanho famílias pagando aluguéis absolutamente diferenciados, dependendo do número de moradores e da remuneração total destes. Na cidade de Le Mans o “Le Mans Habitat”- órgão produtor e gerenciador dos HLM - possui cerca 17.000 imóveis distribuídos por todos os bairros. São casas individuais, casas geminadas, apartamentos em prédios que variam de dois até onze andares. Todos os apartamentos HLM são beneficiados de APL e para alugar um apartamento HLM é preciso ter uma renda que não ultrapasse o teto do organismo.

³ Em Le Mans os bairros escolhidos foram: Sablons e a Cité des Bruyères. No Sablons, são cerca de 3.700 apartamentos e na Cité des Bruyères, 575 imóveis, sendo que 50% são casas e 50% são apartamentos. Juntos, os bairros representam 25% do total de HLM da cidade.

⁴ Em Florianópolis, os assentamentos escolhidos foram: a Vila Cachoeira, situada no bairro Saco Grande II, com 205 casas geminadas, a Vila União, localizada no bairro Vargem do Bom Jesus, com 230 casas geminadas e o Condomínio Via Expressa, situado no bairro Abraão, com 10 Blocos de 18 apartamentos cada.

OS DIREITOS SOBRE A HABITAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO

No Brasil, construímos uma imagem de que os países denominados “primeiro mundo” são “desenvolvidos”, pois teriam construído uma racionalidade para os problemas coletivos, onde a solução – além da técnica e da tecnologia que as acompanham –, seria também baseada em um “humanismo prático”, cuja engenharia se construiu ao longo dos anos e das batalhas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida. Falamos, portanto, de soluções mais estruturais que conjunturais, de soluções mais duráveis, mais estáveis, decorrentes de políticas de longo prazo sempre acompanhadas de seus benefícios sociais, exigidos por uma população igualmente mais “politizada”. Essa imagem é a mesma que atribui a toda população do “primeiro mundo” uma vida melhor, melhores salários, melhores empregos, melhor saúde, educação, enfim é ela quem faz a diferença entre o “primeiro” e o “terceiro” mundo.

Como desdobramento da idealização desta imagem é que diversos e sucessivos governantes, estudiosos e cientistas imaginam que a solução para os problemas do terceiro mundo pode ser encontrada na racionalidade já desenvolvida pelos povos do primeiro. A essa consideração, acrescenta-se a crença de que se é bom para “eles”, é bom para “nós” e então sempre podemos aceitar o discurso dos países do primeiro mundo como um argumento na tentativa – ainda que só discursiva - de impulsionar as mudanças tão reivindicadas no subdesenvolvimento dos de terceiro. Malgrado os esforços representados pela importação de idéias, práticas, leis e tecnologias, continuamos remando na rabeira da corrida global do desenvolvimento humano.

Como hipótese a esta problemática, compreendemos que a presença das leis

ou sua ausência não estão na origem dos desdobramentos das políticas sociais para a habitação. Concordamos com Maricato (2000), a respeito das leis no Brasil, que “*há leis que pegam e leis que não pegam. Tudo depende das circunstâncias e dos interesses envolvidos*” (Maricato, 2000:148) São estes interesses, pois, o alvo da nossa busca.

Contrariando as teses de que a nossa legislação é cópia mal feita da legislação francesa, podemos usar, como exemplo, a emenda constitucional n° 26, promulgada em 14 de fevereiro de 2000, que alterou o artigo 6° da Constituição Federal do Brasil, incluindo como “direito social”, a moradia. Tal “direito” não é encontrado expressamente na forma de lei na constituição francesa, ainda que seu conteúdo seja abundante nas tramas do domínio social e que existam leis que regulem esse direito: como as obrigações dos locatários e dos locadores (Lei *Quilliot* n° 82526, de 22 de junho de 1982) e os métodos para facilitar a manutenção e o acesso à moradia das pessoas “desfavorecidas” (Lei *Besson* n° 90449, de 31 de maio de 1990). A ausência de uma norma legal que garanta o direito à habitação, na França, parece, a primeira vista, a maior garantia de sua “já” existência. O contrário, a instituição do direito à moradia na legislação brasileira, a nosso ver, pode ser entendida como desejo onírico, sem garantias reais.

Em Florianópolis, apesar da carência habitacional ser problema desde o final dos anos 70, é somente em meados dos anos 80 e início dos anos 90 que teremos uma expressão mais organizada desse movimento (Franzoni, 1993), com reivindicações mais intensas por parte da população. Os primeiros passos para

atender esta demanda latente foram dados pela COHAB de Santa Catarina⁵, primeiro órgão oficial responsável pela produção, melhoramento e comercialização de habitações para as populações de baixa renda. Criada em 1966, a COHAB produziu, em Florianópolis, 2021 habitações populares desde a sua fundação até o ano 2002.

O ingresso oficial da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) na produção de moradias populares deu-se tardiamente em 1995. Essas foram iniciadas durante o governo da Frente Popular (1993-1996), como reação a uma decisão judicial que exigiu a desocupação de uma área no balneário de Canasvieiras onde habitavam várias famílias de sem-teto. Como os ocupantes não tinham para onde ir, a prefeitura assumiu o dramático apelo, criando a princípio grandes barracões para onde foram transportados os moradores até que as primeiras – de um total de 69 casas – do conjunto habitacional Vila União ficassem prontas.

Em relação à última administração, iniciada em 1997, com a eleição da prefeita Ângela Amin; essa informou-nos que, nos primeiros quatro anos da sua gestão, foram feitas na capital cerca de 1111 habitações populares dentro do Projeto Bom Abrigo, além da criação da Secretaria da Habitação e de parcerias com bancos internacionais para implementar uma política habitacional para o município. Esse número incluiu os 177 apartamentos produzidos pela COHAB, pois a prefeitura intermediou as negociações para a sua construção.

Em Le Mans, as primeiras habitações sociais datam da década de 50, época marcada por um intenso crescimento populacional, enfrentado pelos *Offices Publics d’HLM* de origem *Communal e Departamental*. O município teve

⁵ COHAB (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina).

ação pioneira inclusive em relação à legislação francesa que, em 1982-83, aprovou lei que delega às *communes* as decisões e gerenciamento de recursos para uma série de usos sociais, entre eles a habitação. Criada em 1971 com as municipalidades de sete *communes*, a *Communauté Urbaine du Mans* (CUM), antecipou o desenvolvimento da cidade e em relação à habitação produziu um parque com cerca de 17.000 habitações HLM somente na *commune* de Le Mans. Em todas as *communes* da CUM, o número de HLM eleva-se a 22.000 habitações.

Perguntamos aos moradores quem, na sua opinião, deveria ser o responsável pela produção de moradias para as pessoas de baixa renda. Para a maioria dos florianopolitanos entrevistados, os responsáveis devem ser: em primeiro lugar, a prefeitura, depois o governo, o prefeito e a COHAB. Como a prefeitura foi a responsável direta pela construção ou gerenciamento das habitações onde nossos entrevistados residem, nada espantoso o fato de que grande parte deles indicaram a prefeitura ou o prefeito como responsável pela construção destas moradias. Em segundo lugar atribuem ao governo e a COHAB essa responsabilidade, pois, são outros velhos conhecidos produtores de moradias populares.

Na sociedade *mancelle*, foi atribuído ao Estado a maior responsabilidade pela produção de habitações sociais, seguido das *communes* e dos organismos específicos para tal, como é o caso do *Le Mans Habitat*. Em comparação aos dados do Brasil, a figura do Estado como emanador de todo o poder e decisão é muito maior e a confiança depositada nele também, fato que apareceu com destaque em várias respostas, o que nos leva a considerar que, em Le Mans, a população conhece mais os mecanismos de distribuição de recursos, que pas-

sam necessariamente pela arrecadação de impostos e leis deliberativas de abrangência nacional.

Quando perguntados se participam da vida política ou pública de seu bairro ou cidade, 82,9% dos brasileiros dizem não participar e 89,7% não participam de associações comunitárias ou qualquer outro movimento. Entre os franceses, 84% não participam da vida pública e 80,9% não participam de associações. Apesar de ser um pequeno grupo que diz participar de associações, é possível perceber que os franceses participam três vezes mais do que os brasileiros.

A esse respeito convém destacar que a vida associativa no Brasil é pouco vigorosa, sobretudo se comparada à França. Apesar da pouca participação dos moradores, quando interrogamos sobre a vontade de participar do projeto da sua própria moradia, a maioria dos depoentes dos dois países respondeu que gostaria de participar e não foram raros os depoimentos que demonstravam grande conhecimento nas áreas de construção e de arquitetura, provavelmente amparados na experiência profissional da construção civil. Mesmo as donas-de-casa que não têm profissão relacionada à construção civil, apontaram vários erros de construção e possibilidades de corrigí-los; a maioria delas disseram que se tivessem oportunidade de participar fariam *mais a seu gosto* e muitos foram os depoimentos que afirmaram *ter muitas idéias para propor*, demonstrando claramente grande entusiasmo com essa possibilidade.

Essa leitura levou-nos a pensar que, ao invés de corroborarmos com o coro que afirma a incapacidade de participação da população de baixa renda, antes seria mais prudente – e a nossa pesquisa de campo indica claramente – pensarmos em formas mais acessíveis dessa participação. A contar pela experiência

recente vivida pelos moradores do Campeche, um bairro da cidade de Florianópolis, parece que a participação social não é nem incentivada, nem desejada pelos governantes⁶.

AS REPRESENTAÇÕES

De forma resumida, podemos dizer que a centralidade desta pesquisa se apoiou em dois axiomas para tratar da questão da habitação das camadas desfavorecidas. De um lado, conhecer as representações daqueles que nela habitam e, de outro, comparar duas sociedades distintas em relação a estas representações.

A participação de pessoas carentes na elaboração tanto das políticas como dos projetos habitacionais é exígua. Existe uma crença generalizada de que estes grupos são incapazes de elaborar as soluções para tamanha problemática pois estão impedidos econômica, cultural e socialmente de prover os recursos, os meios e as propostas para tal.⁷

⁶ Diante de um Plano Diretor elaborado pelos técnicos do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) que previa o crescimento e a organização do bairro Campeche, um grupo de moradores descontentes resolveu discutir e apresentar uma proposta alternativa. Para isso reuniram-se sistematicamente todas as semanas durante praticamente dois anos e com auxílio de técnicos habitantes do bairro ou simpatizantes do movimento ligados à Universidade Federal de Santa Catarina, esse grupo conseguiu elaborar um novo Plano Diretor embasado nas leis de proteção ambiental e igualmente amparado em pareceres técnicos com detalhamento urbanístico e arquitetônico e apresentou à Câmara de Vereadores da Capital. Até o presente momento, nenhum dos dois Planos foi aprovado e sua apreciação tem animado as discussões sobre participação social nas decisões técnicas do referido órgão planejador.

⁷ BALLAIN (1995: 310) refere-se a esta questão dizendo que: “les réponses aux demandes pressantes des logement des personnes défavorisées ne viendront pas d’elles-mêmes. Par leur ampleur (...)”.

Desta perspectiva decorre que a maioria das medidas e dos projetos da habitação para as pessoas de baixa renda são produzidos em espaços de saberes interditos para os possuidores desta condição. Tanto na política, quanto na academia ou nos escritórios de planejamento arquitetônico, o significado da habitação para as populações-alvo é sempre idealizado e racionalizado a partir das necessidades hegemônicas produzidas nos diferentes momentos da história cultural e econômica dos povos. Um exemplo dessa consideração pode ser encontrado no discurso do antigo ministro francês da habitação, Louis Besson, que assim resume as necessidades para as moradias sociais : *“Está fora de questão produzir, reproduzir ou desenvolver um parque especial inferior as normas atuais de qualidade e conforto e por isso mesmo estigmatizada”* (Ballain, 1995: 310). A idéia de normatividade presente na afirmação do ministro, relaciona-se a um mercado de habitações produzido pela iniciativa privada, que normalmente é quem estabelece os padrões de qualidade e conforto de habitabilidade modernos.

Trabalhar com imaginário pressupõe o entendimento de que a história da sociedade é mais do que a história de como produzem os bens necessários à vida. Considerando o campo simbólico onde se constroem as representações da sociedade, o imaginário social é o resultado do conjunto dessas representações. Desta forma, através da imaginação é que uma sociedade constrói a consciência de si e dos outros, na qual os indivíduos e grupos ao se confrontarem, estruturam papéis, funções, relações de poder, de afeto e de afinidades e elaboram sua identidade através do reconhecimento social da diferença. Nessa perspectiva compreende-se que as cidades são, entre outras coisas, uma projeção

dos imaginários sociais no espaço.

Mas o que vêm a ser representações sociais?

Começemos por esclarecer o termo representação, tomando como significado o sentido dado por Laplantine para quem as representações são:

“o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais num modo de apreensão particular do real : aquele de uma imagem-crença. (...) esta imagem-crença tem sempre uma tonalidade afetiva e uma carga irracional. É um saber que os indivíduos de uma sociedade ou de um grupo social elaboram em relação a um segmento de sua existência ou de toda sua existência. É uma interpretação que se organiza em relação estreita ao social e que se torna, para aqueles que a aderem, uma realidade ela mesma. Assim, é próprio de uma representação nunca se colocar como tal e de ocultar suas distorções e as deformações que ela veicula inelutavelmente” (Laplantine apud Branchet & Gotman, 2001: 26).

As representações imaginárias da sociedade como diz Baczko (1985), são tão fortes para a legitimação de um poder que, às vezes, pesam mais que as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem⁸. Dito de outra forma, o peso ou a força das representações pode ser mais real que a própria realidade e, por isso, não podemos considerá-las apenas como um reflexo da realidade, mas sua parte integrante. As representações são construções huma-

⁸ Um exemplo clássico do peso das representações imaginárias pode ser encontrado nas inversões ocorridas nas eleições municipais para prefeito em 1996 em Florianópolis quando a candidata Angela Amin – natural de Indaial, SC – foi considerada mais representante dos interesses “ ilhéus” que o candidato Afrânio Boppré – natural da Ilha de Santa Catarina onde Florianópolis repousa. Ver especialmente capítulo 5 de FANTIN (2000).

nas e, enquanto tal, encontram-se dentro das cabeças dos indivíduos e não pairando acima delas. É na prática cotidiana, no jogo animado da vida que essas representações constroem significados, inclusive aquele que chamamos de realidade.

Segundo o filósofo grego Cornelius Castoriadis,

“As significações imaginárias sociais – pelo menos as que são verdadeiramente últimas – não denotam nada, e conotam mais ou menos tudo; e é por isso que elas são tão freqüentemente confundidas com seus símbolos, não somente pelos povos que as utilizam, mas pelos cientistas que as analisam e que chegam, por isso, a considerar que seus significantes se significam por si mesmos (uma vez que não remetem a nenhum real, nenhum racional que pudéssemos designar), e a atribuir a esses significantes como tais, ao simbolismo tomado em si mesmo, um papel e uma eficácia infinitamente superiores às que certamente possuem” (1975:173).

No campo de habitação, um dos atores que contribui para a conformação das imagens que compõem o cenário da moradia ideal é a propaganda. Para vender a habitação no mercado legal, muitas têm sido as formas de qualificar e classificar os atributos da moradia. Localização, proximidade, acessibilidade, conforto, valorização do espaço, investimento, distribuição das peças, tamanho e padrão dos materiais utilizados são alguns dos destaques mais freqüentes na apresentação da publicidade das novas moradias ao mercado consumidor. A

moradia é assim apresentada ao mercado não só como bem de consumo indispensável a vida humana, mas como “sonho” de todo trabalhador.

No Brasil, este “sonho” começou a ser construído enquanto discurso durante o Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas que incluía a “casa própria” (Bonduki, 1999) nos discursos populistas dos direitos dos trabalhadores, que se veiculavam também à idéia de que o Estado deveria assegurar esse direito através de políticas públicas que assim o garantissem.

Esse período foi decisivo para a conformação de uma mentalidade que vê na aquisição da casa própria uma mudança de *status* social. “*Ter onde cair morto*”, ser possuidor da sua habitação é entendido a partir de então como o passaporte para a cidadania, a partir da qual o indivíduo passa a ser alguém dentro do corpo social. Alguém com nome, sobrenome e, sobretudo, endereço.

Este discurso gestou-se como crítica aos primeiros modelos de habitação popular, bastante precária no Brasil: os cortiços. De propriedade privada, os cortiços eram habitações de aluguel barato, que abrigavam as populações de excluídos do final do século XVIII e início do século XIX. Seu desaparecimento foi incentivado pelas leis higienistas e pelos discursos da casa própria, que tentavam uma moradia mais digna para as populações laboriosas. Em seu lugar e na ausência do Estado como promotor de moradias dignas, as populações carentes inventaram uma nova fórmula para morar: a favela de propriedade privada.

PERFIL DOS MORADORES

Traçando um perfil comparativo mais geral entre as duas populações, nossos

primeiros dados confirmam o senso comum conhecido: a renda média dos franceses é mais alta que a dos brasileiros; a média de escolarização também e, inversamente, o índice de desemprego nas populações carentes é mais alto no Brasil do que na França (**Tabela 1**) bem como a idade da população que é sensivelmente mais jovem no Brasil (**Tabela 2**).

Tabela 1 - Índice de desemprego no Brasil e na França

	Brasil	Brasil	França	França
Atualmente Desempregado	Nº Cit	Freq. %	Nº Cit.	Freq. %
1Sim	100	38,00%	46	20,40%
2Não	82	31,20%	158	70,20%
3Não Resposta	81	30,80%	21	9,30%
TOTAL OBS.	263	100%	225	100%

Em relação à comparação da renda, é preciso esclarecer uma questão metodológica: não fizemos conversões de moedas, nem conversão de salários-base ou mínimos. Para evitar uma comparação que precisasse ser convertida em valores diários e/ou reduzisse num mesmo patamar monetário recursos absolutamente distintos, resolvemos adotar valores-padrões praticados em cada sociedade para as camadas mais desfavorecidas e, assim, criamos referências mais sociais que econômicas.

No Brasil, o indicador de renda foi baseado no salário mínimo, escolhido por entendermos que é um dos referentes mais estáveis dos diferentes níveis de remuneração, ainda que reconheçamos que existem muitos casos vivendo abaixo desse patamar de remuneração. A partir dele, criamos seis faixas diferenci-

Tabela 2 - Idade da população no Brasil e na França

Idade-França	N° Cit.	Freq. %
de 40 à 50 anos	61	27,10%
de 30 à 40 anos	53	23,60%
de 20 à 30 anos	43	19,10%
de 60 à 70 anos	25	11,10%
de 50 à 60 anos	24	10,70%
70 e mais	11	4,90%
Menos de 20	6	2,70%
Não Resposta	2	0,90%
TOTAL OBS.	225	100%
Idade-Brasil	N° Cit.	Fréq.%
de 30 à 40 anos	86	32,70%
de 20 à 30 anos	83	31,60%
de 40 à 50 anos	43	16,30%
de 50 à 60 anos	19	7,20%
Menos de 20 anos	18	6,80%
60 anos e mais	14	5,30%
TOTAL OBS.	263	100%

adas de remuneração. Na França, adotamos o referencial do *RMI* (Recurso Mínimo de Inserção) – que é um recurso pago mensalmente e que difere do *SMIC* (que é o Salário Mínimo de Crescimento e que, em 2002, era de 7.571,51 francos mensais) e da *ASSEDIC* (que é uma espécie de salário-desemprego pago pela Associação para o Emprego na Indústria e no Comércio), calculado em função do salário ganho por cada trabalhador no período em que estiveram empregados. O valor do RMI foi escolhido porque ele representa o mínimo recebido pelas pessoas mais desfavorecidas a partir da idade de 25 anos e que possuem recursos inferiores ao estipulado pelo próprio RMI⁹ e, assim, criamos

igualmente seis faixas de remuneração.

A partir desses diferentes indicadores, criamos faixas de recursos que pudessem ser comparadas. Observe o esquema abaixo:

Tabela 3. Categorias de Recursos Recebidos: Brasil e França.

Recursos	Brasil	França
Faixa 1	Inferior a um salário mínimo*	Abaixo de 4000 francos**
Faixa 2	Entre 1 e 2 salário mínimos	Entre 4000 e 6000 francos
Faixa 3	Entre 2 e 3 salários mínimos	Entre 6000 e 8000 francos
Faixa 4	Entre 3 e 4 salários mínimos	Entre 8000 e 10000 francos
Faixa 5	Entre 4 e 5 salários mínimos	Entre 10000 e 12000 francos
Faixa 6	Acima de 5 salário mínimos	Superior a 12000 francos

* O salário mínimo, no Brasil, no ano 2002, equivalia a R\$200,00 mensais.

** Na França, tomamos por base os recursos do *RMI* para um casal sem filhos.

Comparando os resultados obtidos por esse cruzamento de informações, obtivemos a **Tabela 4**:

Tabela 4. Comparação dos Recursos entre Brasil e França.

Recursos	Brasil : n° citações	Brasil %	França : n° citações	França %
Faixa 1	60	22,80	14	6,20
Faixa 2	98	37,30	33	14,70
Faixa 3	61	23,20	75	33,30
Faixa 4	12	4,60	34	15,10
Faixa 5	13	4,90	18	8,00
Faixa 6	8	3,00	20	8,90
Sem Resposta	11	4,20	31	13,80
Total observado	263	100,00	225	100,00

⁹ Tabela com os rendimentos pagos pelo RMI a partir de 01/01/2002.

Número de filhos	Sozinho	Casal
0	405,62 E* ou 2.660,69F**	608,43 E ou 3.991,03 F
1	608,43 E ou 3.991,03 F	730,12 E ou 4.789,27 F
2	730,12 E ou 4.789,27 F	851,81 E ou 5.587,50 F
Por criança suplementar	162,25 E ou 1.064,29 F	162,25 E ou 1.064,29 F

*1(um) Euro é igual a 6,55957 Francos

**Mesmo com a vigência do euro, a partir de janeiro de 2002, adotamos os valores em francos porque este era presente nos relatos da maioria dos nossos depoentes.

Sobre qualidade de vida dos moradores, investigamos a quantidade de pessoas em cada habitação (**Tabelas 5**). Em Florianópolis, a maioria das moradias são habitadas por um número de 4 a 6 pessoas, o que, considerando que essas habitações possuem em média 35m², significa uma área de cerca de 7m² por habitante. Existe ainda, um número importante de famílias que possuem de 6 a 8 moradores ou mais de 8 pessoas residindo na mesma moradia – o que diminui muito a metragem quadrada por habitante – que nesse caso chega a 4,3m² por habitante. Na França, desde 1948, a lei regulamenta 9m², no mínimo, para uma pessoa sozinha e mais 7m² por pessoa suplementar, fato que estabelece uma diferença entre a metragem quadrada e a ocupação nos dois casos estudados. Em Florianópolis, há um adensamento habitacional muito maior do que em Le Mans. Em relação a esse aspecto, é preciso acrescentar ainda que, em Le Mans, os HLM têm diferentes tamanhos, que variam entre 32 m² (um studio para uma pessoa sozinha) e mais de 100m² (cinco quartos, mais sala, cozinha e banheiro – para famílias de 7 a 8 pessoas), e são atribuídos em função do tamanho das famílias solicitantes.

A quantidade de crianças por família é maior no Brasil do que na França – que registra 37,4% da amostra sem nenhuma criança, enquanto no Brasil, este índice cai para 14,4%. Essa diferença também aparece à medida que o número de crianças por família cresce, sendo sempre superior no Brasil do que na França.

Em relação à ocupação profissional, a maioria são empregados assalariados, em funções de baixa remuneração, seguidos dos que não têm uma formação profissional específica, dos operários, dos aposentados e de profissionais inter-

Tabela 5 - Quantidade de pessoas em cada habitação no Brasil e na França.

Nº de Pessoas Por Residência no Brasil	Nº Cit. no Brasil	Freq. no Brasil (%)
De 4 a 6 pessoas	112	42,60
De 2 a 3	78	29,70
De 6 a 8	53	20,20
Mais de 8	16	6,10
Menos de 2	3	1,10
Sem Resposta	1	0,40
Total	263	100
Nº de Pessoas por Residência na França	Nº Cit. na França	Freq. na França (%)
De 2 a 3	80	35,60
De 4 a 6	69	30,70
Menos de 2	48	21,30
De 6 a 8	20	8,90
Mais de 8	6	2,70
Sem Resposta	2	0,90
Total	225	100

mediários. Em Florianópolis, os “sem-trabalhos” representam a categoria sócio-profissional preponderante com 32,7% dos moradores nessa condição. Esse índice representa a enorme quantidade de mulheres que são donas-de-casa e, portanto, não exercem função remunerada.

Quanto à quantidade de pessoas que trabalham em cada família, em Florianópolis, a maioria dos lares possuem uma ou duas pessoas trabalhando e somente para 14,1%, não há ninguém trabalhando na moradia. Na maioria dos lares franceses pesquisados, também, têm uma pessoa ou duas trabalhando, mas, proporcionalmente, o número de lares onde ninguém trabalha (28%) é maior do que no Brasil. Nossa hipótese para compreensão desse dado relaciona-se, na França, à enorme quantidade de ajudas que o sistema público francês oferece às pessoas de baixa renda, permitindo que, mesmo sem trabalho, possam perceber uma remuneração mensal suficiente para sua sobrevivência. No

Brasil, a única remuneração para as pessoas que não trabalham é o seguro desemprego, mesmo assim ele é concedido somente de três até cinco meses, logo após a dispensa compulsória de um trabalhador.

Em relação à tradição urbana ou rural da população estudada, em ambos países a maioria dos habitantes sempre viveu em cidades, ainda que muitos tenham habitado pequenas cidades e relatem uma história de vida mais associada a saberes rurais do que urbanos; como cultivar hortifrutigranjeiros no quintal e criar animais para consumo próprio.

AS IMAGENS DO BAIRRO E DOS “OUTROS”

Em Florianópolis, quando perguntamos aos moradores das habitações populares qual a imagem que eles acham que as “pessoas de fora” têm do seu bairro, 76,8% acham que a imagem dos “outros” é negativa, tanto do bairro como dos que ali vivem. Eles exemplificam essa imagem negativa apontando as dificuldades que têm quando procuram emprego ou quando querem comprar “fiado” no comércio vizinho e são rejeitados por causa do seu endereço residencial: “*Ah, ali da Vila não estamos pegando ninguém*”.¹⁰ Segundo os entrevistados, essa imagem negativa ocorre porque existem “de fato” alguns maus elementos em seu meio que têm atitudes ilegais, que prejudicam o grupo e maculam a imagem da comunidade perante os “outros”.

Quando interrogados sobre a imagem que eles próprios têm do bairro, 68,4% têm uma imagem positiva, sendo que 79,1% gostam de morar nele. Apenas

¹⁰ Declaração de Dona Senelde em 10/12/2002 referindo-se a uma senhora da vizinhança que precisava de empregada doméstica e que recusou um morador do conjunto Via Expressa, localizado no Bairro Abraão.

21,6% concordam com uma imagem negativa do bairro e 18,9% não gostam de morar nele.

Entre os bairros estudados em Florianópolis, os que habitam a Via Expressa são os que mais tem uma imagem positiva do lugar onde moram e os que mais gostam de ali habitar. Uma das razões apontadas para isso é a “proximidade” do bairro com o centro da cidade.

Quanto às enquetes realizadas em Le Mans, a imagem imaginada dos “outros” é negativa somente no bairro *Sablons*, onde 68,2% dos moradores acham que o bairro tem uma má imagem. No bairro *Bruyères*, ao contrário, a maioria (51,9%) acha que os “outros” têm uma impressão positiva do bairro.

Quando perguntados sobre a sua própria opinião em relação ao bairro, nos *Sablons* 53% têm uma imagem positiva, 46% têm imagem negativa e 56% gostam de morar nele. Nos *Bruyères*, 71,2% têm uma imagem positiva, 26,2% têm imagem negativa e 71,2% gostam de morar no bairro.

Em relação a possíveis efeitos de proximidade, o bairro *Sablons* é mais perto do centro da cidade e com maior infra-estrutura urbana, entretanto, é o que desfruta da pior imagem e de um índice considerável de reprovação por parte dos seus moradores; cerca de 43,9% dos habitantes afirmam não gostar de morar nele.

Ao que tudo indica, o descontentamento dos habitantes do *Sablons* está ligado a grande quantidade de prédios e a grande concentração populacional. Muitos foram os depoimentos que destacaram as *torres* e o *empilhamento* como motivos de insatisfação. No bairro dos *Bruyères*, apesar da distância ao

centro da cidade ser maior e não contar com grande oferta de comércio e serviços, não existem grandes prédios : 50% da população mora em casas e outros 50% em quatro blocos de apartamentos de até três andares cada.

De maneira geral, *a proximidade do centro da cidade* foi o fator mais apontado tanto por brasileiros como franceses como a melhor vantagem do seu bairro. Os franceses apontam como vantagem a *presença de espaços verdes e os equipamentos e serviços urbanos*. Entre os brasileiros, *a proximidade a posto de saúde* é a segunda vantagem apontada, seguida dos *equipamentos e serviços urbanos e a presença de escolas nos arredores*.

Como desvantagens do bairro, em Florianópolis, estão, em primeiro lugar, a *falta de equipamentos coletivos urbanos, a violência, a falta de postos de saúde, e a falta de oportunidades de trabalho*. Em Le Mans a maior desvantagem apontada pelos moradores é a *violência*, seguida pelas reclamações de *barulho* (seja dos vizinhos ou das vias movimentadas), da *concentração populacional em grandes prédios de apartamentos e a má imagem do bairro dentro da cidade*.

Perguntados sobre a relação com os vizinhos, a maioria absoluta dos brasileiros responderam que têm uma relação *boa, muito boa* ou *ótima*. Alguns poucos dizem que é boa porque *não se metem ou não têm contato com os vizinhos*. Do total das enquetes realizadas, poucos são o que dizem que a relação com os vizinhos é *aceitável, mais ou menos* ou *ruim* e, cerca de 13% afirmam *não conversar, não se envolver e não ter nenhuma relação de vizinhança*.

Dentre a grande maioria que afirma não ter problemas com os vizinhos, podemos encontrar alguns poucos que dizem preferir uma relação de distanciamento justamente para evitar qualquer contrariedade: *fica cada um na sua*. Apesar desse distanciamento, a maioria também afirma existir uma grande solidariedade entre os vizinhos que se ajudam *sempre que for preciso*, sobretudo em casos de doenças ou emprestando alimentos.

Para a pequena parcela que diz ter problemas de vizinhança, estes se relacionam a *brigas, barulho, circulação de drogas na comunidade e fofoca*.

Entre os franceses, a relação com os vizinhos é em geral, positiva mas, comparativamente ao Brasil, menos positiva e marcada por um distanciamento formal. Cerca de 44% afirmam ter uma relação *boa, próxima ou muito boa*, mas poucos são os depoimentos entusiásticos nesse sentido. Uma parcela considerável (23,4%) afirma ter uma relação cordial de cumprimentos de corredor, 12,1% afirmam não ter nenhuma relação e 9,8% têm uma relação intencional de distanciamento.

Essas informações contrastam com a declaração de 60% dos entrevistados franceses que dizem existir solidariedade entre as pessoas do seu bairro, cuja demonstração não aparece nos depoimentos, ao contrário, a maioria afirma *nunca poder contar com os vizinhos*.

AS IMAGENS DA HABITAÇÃO

Quando perguntados sobre o que representa a moradia na sua vida, 4,2 % da amostra pesquisada no Brasil consideram a moradia *sem importância* ou *tão importante como as outras coisas, não gosta do lugar* ou que *ela pode ser*

em qualquer lugar, inclusive na favela. Na França, as impressões mais negativas sobre a habitação abrangem um número sensivelmente maior de pessoas, 13,8%, que consideram a habitação *apenas um lugar de passagem, sem importância, sem valor sentimental* ou um *puleiro*.

No Brasil, 81% dos moradores entrevistados acham que a moradia é *importante, muito importante* ou *é tudo*. Na França esse mesmo dado revela uma importância menor no conjunto das respostas com cerca de 27%. Essa informação confirma-se quando comparamos os aspectos mais negativos relacionados à habitação: no Brasil, 4,2% dizem que *não gostam* ou que *é apenas um teto*; na França essa cifra sobe para 13,8% dos entrevistados.

Provavelmente esse dado está associado à escassez e às más condições da habitação anterior no Brasil: 17,5% responderam que *não tinham habitação antes, moravam mal* ou *estariam na rua não fosse o programa de habitações*; cerca de 20% dos moradores referem-se à habitação como fator de *conquista, de independência, de ter um lugar para onde ir*, coisa que para alguns, *caiu do céu e dá dignidade*; 15,2% do conjunto das respostas apontam *fugir do aluguel*, como uma das atribuições mais importantes da moradia atual.

Entre os franceses, 26,2% dizem que a habitação representa o *lugar de vida, de descanso, de proteção contra o exterior* e de *intimidade*; enquanto *a família, os filhos* ou *a si próprio* é apontado por 17,8%. Em Florianópolis, a relação com a *família* (12,2%) e com o *conforto* (10,3%) – representada pelos termos *sossego, calma, repouso, segurança e estabilidade* – são expressões menos citadas. Esse dado é ratificado pelas informações que apontam o casa-

mento formal em declínio (33%) e a concubinação em ascensão (34%) na população pesquisada do Brasil, enquanto em Le Mans o casamento formal é uma opção para um número bem maior de pessoas (45%) e a concubinação é bem menor (12,9%).

Em relação à moradia atual, as opiniões nos dois países são bastante semelhantes: a maioria acha que é agradável, confortável, de média ou boa qualidade e conveniente. Como aspectos negativos, estimam que o tamanho de suas moradias é muito pequeno e exclusivamente no Brasil, acham que é muito cara. Vale lembrar aqui que o tamanho das habitações no Brasil são bem menores que na França.

Questionados sobre a moradia ideal, sobre o sonho de moradia, onde e em quais valores estão assentados esses ideais e quais as expectativas associadas a esse “sonho”; tanto no Brasil, como na França a preferência maior é por habitar em casas a apartamentos.

Em Le Mans, entretanto, a preferência por apartamentos obtém uma parcela significativa de simpatizantes, que somam 23,1% dos entrevistados. A grande maioria dos que preferem apartamentos são pessoas idosas, o que reforça a idéia que a habitação desejada muda de acordo com os estágios da vida e as necessidades de conforto para a família. Jovens casais com filhos, vão preferir casa pois necessitam do espaço de brincar; já, os idosos acabam preferindo espaços mais reduzidos em apartamentos pois são mais fáceis de conservar e oferece maior segurança.

Em Florianópolis, somente 8,4% preferem apartamentos. Desses, a maioria

situa-se na faixa de 30 a 40 anos e de 20 a 30 anos. Somente cinco idosos mostraram preferência por apartamentos entre os florianopolitanos pesquisados.

É freqüente os entrevistados brasileiros associarem a vida em apartamentos à privação de liberdade, da falta de quintal onde possam cultivar um jardim ou uma horta, um terreno para crianças brincarem, ampliando aquilo que é o palco das relações familiares, ou seja, a moradia. Além disso, morar em apartamento sugere a idéia de pagamento interminável de taxas de condomínio e encargos que as camadas de baixa renda não parecem estar prontas a arcar. Muitos foram os depoimentos que relataram ter medo dessas taxas que de maneira indireta são associadas a uma espécie de aluguel e esse é intolerável para a maior parte dos entrevistados. O valor do aluguel, vale dizer do condomínio, concorre com as despesas de alimentação: “*o aluguel come na mesa com a gente*”.

Essa é também a maior justificativa que encontram para o desejo de serem proprietários: *fugir do aluguel*. Os outros motivos relacionam-se ao fato de *terem um endereço, um teto*, o que rima com *cidadania, honra, estabilidade, segurança e família*.

Em Le Mans, ao contrário, a maioria dos entrevistados não deseja ser proprietária, mas entre os que desejam, *fugir do aluguel* foi apontado apenas por três pessoas. A maioria associa o desejo de ser proprietário *aos objetivos primeiros de sua vida, a tranqüilidade ou como coroamento de uma etapa normal da vida*.

Solicitamos ainda que os depoentes descrevessem a moradia dos seus so-

nhos. Em Florianópolis a moradia dos sonhos é uma *casa* que ofereça *grandes espaços de convívio, possuindo grandes metragens quadradas, quintal ou terreno grande para que esse espaço possa ser apropriado por suas crianças e pelos próprios adultos na confecção de um jardim ou uma horta*. Muitos relatam a vontade de *morar num sítio e criar animais*, por isso a necessidade de terreno grande. *O terreno é visto como extensão da moradia e lugar que isola um vizinho do outro aumentando a privacidade*. A moradia dos sonhos dos brasileiros é ao mesmo tempo funcional e confortável; prevê áreas de sociabilidade entre parentes e amigos que são externas à casa, como a *garagem, área de serviço, piscina e churrasqueira*.

Em Le Mans, a moradia dos sonhos parece ser uma *casa individual, com jardim ou pátio, espaçosa, luminosa, na beira do mar, confortável e bem equipada*. Aqui também o espaço de privacidade é bastante destacado e alguns moradores dizem preferir uma casa individual para *não ter que encontrar vizinhos quando sai de casa*. O quintal é reservado predominantemente para *o cultivo de plantas*, mas as famílias com filhos e/ou animais *reservam o jardim também para o brincar*. Como se trata de um sonho, a maioria dos entrevistados não fez referência ao universo do trabalho, caracterizando uma moradia de férias ou de aposentadoria, apenas três entrevistados fizeram referência à localização perto do local de trabalho.

Se nas representações da habitação sonhada figura uma *casa grande, com quintal, conforto e tranquilidade*, esse também parece ser o perfil da moradia ideal, tanto para brasileiros como para os franceses. A resposta mais obtida para essa questão foi *a mesma moradia que respondi na questão do sonho*.

O local ideal para essa moradia é aquele que permite a convivência tranqüila, o conforto, a paz e o contato familiar. Dessa forma, *a praia ou o campo* são os locais mais apontados. A *proximidade do centro da cidade* foi também considerada, por alguns, como ideal, pois ela permite *o acesso aos serviços urbanos como bancos, supermercados, hospitais, parques, praças, transporte, escolas e outros*.

O fato da moradia ideal e a dos sonhos serem imaginadas com mais espaço deve-se, no Brasil, ao enorme adensamento habitacional, caracterizado pelos modelos-padrão de habitações com média de 35m² independente do número de habitantes. São freqüentes as respostas que descrevem a moradia ideal com quatro, cinco ou seis quartos, garantindo individualidade para cada um dos membros da família. Proporcionalmente, entretanto, é para os franceses que o tamanho “ideal” da moradia é maior. A maior parte dos entrevistados sugeriu que o tamanho ideal é o de um F5, F4¹¹ ou entre 90 e 120m².

OS NOMES DAS HABITAÇÕES

Depois de termos visto os resultados mais “quantitativos” das enquetes, gostaríamos de discutir mais detalhadamente sobre os termos “habitação popular” e “habitação social”, ambos atribuídos atualmente às moradias das populações de baixa renda no Brasil e na França, respectivamente. Por que, no Brasil, a maior

¹¹ Na França, as habitações são classificadas pelo número de peças em F1, F2 ou T1, T2. Normalmente a cozinha e banheiro não são contadas como peças a parte pois supõem-se que estejam presentes em todas as habitações. Um F1 significa que existe uma peça separada da cozinha e do banheiro (quando não está separada eles consideram um studio – no Brasil seria uma kitinete). Um F2 tem um quarto e sala (mais cozinha e banheiro), um F3 tem dois quartos e sala (mais cozinha e banheiro) e assim sucessivamente F4, F5, F6, F7.

parte da literatura designa essas habitações como “populares” e, por que, na França, elas são chamadas de “sociais”? Existe alguma diferença que sustenta essa distinção semântica?

“Popular” possui significado semelhante nos dicionários pesquisados e diz respeito àquilo que vem ou é próprio do povo, feito para o povo, agradável ao povo ou que tem as simpatias dele. No dicionário português, entretanto, podemos encontrar a associação de “popular” com democrático ou então, vulgar, trivial, ordinário ou plebeu e, nos dicionários franceses, quando associado à linguagem, designa aquela que não é vulgar, nem grosseira falada pelas camadas menos cultas (linguagem corrente) e, nesse sentido, opõem-se ao burguês.

No Brasil, a equivalência da palavra “popular” com democracia fez-nos lembrar as idéias de Canclini (1998) quando analisa a cultura popular na América Latina. Segundo o autor, a noção de ‘povo’ foi construída no final do século XVIII e início de século XIX na época da formação dos Estados Nacionais na Europa. O objetivo da ilustração era recorrer a todas as camadas da população para legitimar um governo secular e democrático ainda que considerassem esse ‘povo’ como portador daquilo que a razão republicana queria abolir: a superstição, a ignorância e a turbulência. Por causa disso, desenvolveu-se um dispositivo complexo “de inclusão abstrata e exclusão concreta”. “O povo interessa como legitimador da hegemonia burguesa, mas incomoda como lugar do inculto por tudo aquilo que lhe falta” (Canclini, 1998: 208).

Mais do que eleger ou encontrar um significado estrito ao “popular”, nossa pesquisa buscou compreender o contexto histórico onde foram produzidas tais designações e reconstruir os sentidos contraditórios e ambíguos, as possibilida-

des que tais significados possam ter para os moradores dos conjuntos habitacionais que levam esse nome. Nosso objetivo é conhecer o papel que as representações sobre a habitação desempenham no jogo da vida daqueles que – não tendo como mudar radicalmente o curso da sua história – vivem o cotidiano elaborando e manejando, com criatividade e astúcia, respostas em benefício próprio.

Antes de prosseguirmos no universo dos moradores, uma parada para refletir sobre a expressão “social”.

Para os franceses, a denominação dos *HLM* como “habitações sociais” agrega o sentido substantivo do termo que se refere às camadas desfavorecidas.

Em todos dicionários pesquisados, a palavra “social” designa aquilo que é “relativo à(s) sociedade(s), ou a relação entre os indivíduos e as sociedades”. No *Le Robert* ela aparece denominando “as relações entre as classes de uma sociedade (notadamente as condições materiais dos trabalhadores e à sua melhoria), por exemplo: questões sociais, políticas sociais, medidas sociais, vantagens sociais” (Robert, 1996). Nessa acepção, o Larousse informa que “social é o que visa à melhoria das condições de vida e, em particular das condições materiais dos membros da sociedade” (Legrain et al., 2002).

No *Novo Aurélio*, dicionário português, “social” pode significar via de acesso ou dependência, nas residências e edifícios, vedada a entregadores de encomendas, a cargas ou a fornecedores (entrada social, elevador social). Com esse sentido, opõem-se a de serviço (Ferreira, 1999).

Ao que tudo indica, as atribuições de ‘social’, na França, e ‘popular’, no Brasil, relacionam-se também aos aspectos históricos da produção dessas mo-

radias.

No Brasil, o termo “popular” serviu para nomear o primeiro órgão nacional responsável pela produção de habitações para as pessoas de baixa renda: a Fundação Casa Popular (FCP).¹²

Criada em 1º de maio de 1946 pelo governo populista que depôs Getúlio Vargas com um golpe de Estado, a Fundação seguia a experiência dos institutos de pensão e caixas de aposentadoria que nos anos 30 e 40 já produziam moradias em grande escala para seus associados. A escolha da data da inauguração, dia do trabalhador, sugere também os acréscimos simbólicos que tal iniciativa pretendia angariar num período de enorme tensão nas grandes cidades brasileiras que viviam as primeiras graves crises habitacionais do século.

Além da absoluta falta de moradias provocada pelos movimentos migratórios e pelo crescimento populacional, a propaganda getulista, que antecedeu o golpe, criticava também os modelos de habitação em cortiços e nas vilas operárias que tinham marcado profundamente a paisagem urbana do final de século XIX e início do século XX e que caracterizava o resultado dos investimentos privados no setor da habitação para as camadas de baixa e média renda.¹³ A isto, agregavam a idéia de que o trabalhador precisava ser proprietário da sua habitação e que o Estado – e não mais a iniciativa privada – deveria ser o

¹² Bonduki, (1999: 81) informa que o termo “popular” já tinha sido usado como título do Primeiro Congresso Panamericano da Vivenda Popular realizado em Buenos Aires em 1939. No final do Congresso, foi aprovada a recomendação para que os países do continente criassem órgãos nacionais específicos para cuidar da habitação.

¹³ Ver na literatura brasileira a obra ficcional “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo. Publicado em 1890, o romance urbano se ambientava num cortiço carioca, cuja trama descrevia os problemas sócio-econômicos e de comportamento das camadas mais pobres da população.

responsável pela produção e gerenciamento da moradia de todo trabalhador brasileiro. Fugir do aluguel parecia uma das formas de ascender a um outro estatuto, a um outro patamar de cidadania e de tranqüilidade, conforme sugeria a propaganda veiculada anos mais tarde na pacata Florianópolis:

“Se você paga aluguel, por que continua sorrindo? Poucas coisas na vida são tão desagradáveis quanto pagar aluguel para morar. Em vez de pagar aluguel, você paga as prestações de seu imóvel próprio. Compre um imóvel. É o melhor negócio. Um imóvel é um bem que você tem para sempre. Que nunca desvaloriza. O imóvel garante o bem-estar da sua família e é a primeira garantia para os seus filhos, além de ser o melhor emprego para o seu dinheiro. Tenha um bom motivo para sorrir. Compre um imóvel. É segurança que você pode ver e tocar. Imóvel, o seu melhor negócio.”¹⁴

Apesar da crise habitacional, em 18 anos de existência, a FCP produziu somente “143 conjuntos com 18.132 unidades em todo país. No mesmo período os Institutos de Previdência e Aposentadoria produziram 123.995 unidades habitacionais, sem contar os milhares de apartamentos financiados para a classe média” (Bonduki, 1999: 115). Parece que tanto os objetivos como os resulta-

¹⁴ Propaganda da Associação dos Incorporadores de Imóveis de Florianópolis veiculada nos anos 70. A agência que elaborou e divulgou esses cartazes também veiculou um outro falando sobre o papel social da propaganda. O título do cartaz dizia: um burro, é um burro! e justificavam que o animal burro não precisava de propaganda “*porque a propaganda permite a seleção dos bons produtos e dos melhores serviços, entre todos os oferecidos... e o burro não sabe o que é isso... A propaganda informa, orienta e instrui... e o burro (coitado) não é sensível a isso. Um burro é um burro mesmo.*” A. S. Propague – Agência de Propagandas.

dos da FCP foram pouco “populares” para a ocasião.¹⁵

Já o termo “social” para designar as habitações francesas, parece ter origem nos desdobramentos da revolução que instituiu a burguesia, os intelectuais e os grupos sociais, como forma de classificação da sociedade. Dentre os “grupos sociais” estavam os “paysans” (colonos); os artesãos e comerciantes; “*os cadres*” (pessoas que têm função de direção nas empresas); os operários e os profissionais liberais, ficando os intelectuais e a burguesia fora deles (Debbasch, 2001).

A falta de habitações francesas acompanhou o processo de industrialização e o crescimento das cidades. Segundo Moret (1998:19-26), no começo do século XIX, os primeiros a se ocuparem com a questão habitacional foram os filantropos e os socialistas. Nessa época, contrariando a tese de que ainda não havia segregação habitacional e podia-se encontrar num mesmo prédio burgueses, comerciantes e empregados, Paris já se dividia em bairros burgueses e bairros populares. Estes últimos eram visitados pelos filantropos, dentre eles os higienistas, que percebiam as moradias como sinônimo da miséria, ainda que não ousassem criticar a organização social e econômica que lhes dava origem. Para eles, o “meio” formava o homem e a degradação física das vivendas era a grande responsável pela degradação moral dos seus habitantes. Esse era também o entendimento dos socialistas, que estendiam a máxima à toda sociedade francesa, apontando a habitação como um sintoma de desordem social e elegendo os falanstérios utópicos como centro do seu projeto político. Neles eram previstos em detalhes uma outra organização comunitária da sociedade e por

¹⁵ Ver crítica em AZEVEDO e ANDRADE (1985).

extensão da própria cidade.

Em sentido amplo, podemos dizer que o século XIX fundou as bases das transformações que marcam a passagem da cidade pré-industrial para a cidade industrial francesa:

“novas diferenças apareceram: (...) disparidades entre belos bairros e subúrbios populares, oposição entre a Paris entre-muros (mais ou menos reformada pelas ações haussmanianas) e da periferia em geral bem menos equipada (e que parecem provocar dinâmicas opostas). O habitat urbano conheceu uma profunda revolução: difusão dos imóveis adaptados aos diferentes grupos sociais, industrialização da construção e aparecimento de modelos residenciais novos, como os apartamentos burgueses” (Roncayolo, 1998 : 27-33).

De acordo com Magri (1998) , as leis de 30 de novembro de 1894 e de 23 de dezembro de 1912 fundaram as bases para o que hoje os franceses chamam de “logement social”. A primeira, instituiu os HBM (Habitation à Bon Marché – Habitação a Bom Mercado), sob a responsabilidade dos comitês de departamentos encarregados de impulsionar e controlar a construção de habitações, bem como reconhecer a utilidade pública das sociedades e dos particulares que construíam, isentando-os dos compromissos fiscais. A segunda, autorizava as coletividades locais a construir HBM para as famílias numerosas, subvencionando a produção seja diretamente, ou através dos Ofícios Públicos. A construção desses HBM deveria seguir os modelos das novas coletividades locais: as cidades-jardins. Dessa forma, instituía-se concomitantemente reformas urba-

nas e na habitação propriamente dita. Conforme a autora, “*esta decisão foi importante pois ela criou o setor público de construção e inaugurou o princípio de redistribuição dos recursos que é o fundamento do Estado Social*” (Magri, 1998: 34).

O período da Primeira Guerra Mundial acentua a falta de habitações e uma nova ideologia, chamada por Magri de industrialista, que vai considerar o problema habitacional como um obstáculo ao desenvolvimento da sociedade produtivista e, nesse sentido, passa a dizer respeito a globalidade da sociedade e não somente as camadas mais modestas. Esse será o fundamento que colocará o Estado como responsável direto pela produção da moradia e, como ela já não é mais exclusivamente uma questão das camadas desfavorecidas, incluirá toda a reforma urbana no rol das suas responsabilidades.

É, portanto, desse período a formação do imaginário que institui o *logement social* que conhecemos hoje na França. Resultado da miscigenação de idéias higienistas, socialistas, produtivistas e urbanistas que intentavam uma certa democracia social e que acreditavam – grosso modo – na mudança de comportamento através da mudança no quadro de vida; esse ideário foi a base de uma verdadeira revolução no sistema urbano, representado por uma série de reformas urbanísticas, jurídicas e de comportamentos que eram consoantes a essas idéias. Como exemplo podemos citar a separação entre bairros residenciais e de trabalho; o aparecimento do bairro como lugar de regeneração social; a responsabilização do Estado pela habitação e por todo aparato urbanístico que lhe é necessário, a criação das normas de construção e expansão para a periferia.

Os *HLM* vão nascer em 1928 como um desdobramento dessa política de responsabilização e compromisso do Estado que tem o papel de controlar, financiar e regulamentar tanto o acesso à propriedade como ao *logement*.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Comparando a “imagem imaginada” pelos “outros” em relação aos bairros de camadas populares de Le Mans e de Florianópolis, constatamos que na França o peso da má reputação é muito menor do que no Brasil¹⁶, onde essas áreas representam verdadeiros laboratórios de reprodução e exclusão social.

Apesar da imagem negativa dos “outros” ser menor, é justamente em Le Mans que o índice de rejeição dos próprios moradores é maior: cerca de 41,7% dos entrevistados têm, eles próprios, uma imagem negativa do seu bairro e 40% não gostam do lugar onde moram. Esse percentual é consideravelmente maior do que o encontrado em Florianópolis onde 31,6% dos moradores têm imagem negativa do seu bairro, mas apenas 20,6% não gostam de morar nele.

Apesar de na França as habitações serem maiores, dos bairros oferecerem maior infra-estrutura urbana e serem bem localizados e de fácil acesso com grande quantidade de horários de ônibus, isso tudo não parece ter efeito sobre a imagem tanto do bairro como dos moradores. O bairro *Sablons* é exemplar nesse sentido, tanto mais benfeitorias, maior proximidade ao centro, mais amenidades; mais reclamações e maior a imagem negativa do bairro.

Inversamente, em Florianópolis, a localização periférica e a precariedade

¹⁶ No Brasil, 76,8% dos moradores acham que seu bairro é mal visto pelos de fora. Na França este índice cai para 57,3%.

dos serviços e meios de consumo coletivos¹⁷ dos bairros populares têm um peso maior na imagem negativa dessas áreas, que são também identificadas como lugar de moradia dos “perigosos” ex-sem teto. Em Le Mans, a imagem negativa é mais associada à concentração da população residente, à presença de um suposto efetivo de estrangeiros e de desempregados.

Sobre as relações de vizinhança para os florianopolitanos, a proximidade, a precariedade e a exigüidade das habitações são fatores importantes no estabelecimento dessas relações. Devido a ausência de espaço que separe uma habitação da outra ou a estreiteza dos corredores dos prédios de apartamentos, a intimidade não consegue ser preservada, a segurança é facilmente ameaçada e os espaços de vida tornam-se praticamente coletivos; estabelecendo um convívio compulsório, não desejado.

Analisando a globalidade dos dados obtidos nos dois países, veremos que poucas são as questões onde não temos resultados parecidos quanto ao conteúdo das respostas, entretanto, é muito comum que a intensidade das respostas varie. Um exemplo claro disso é a questão que interroga sobre a existência de uma moradia “sonhada”, desejada. Cerca de 49,8% dos franceses afirmaram sonhar com algum tipo de moradia, enquanto no Brasil o sonho da moradia atinge 79,1% dos entrevistados, o que nos mostra que em termos de intensidade da moradia sonhada temos diferenças importantes.

Ainda que com graus variados, é nas representações de precariedade e pobreza que podemos aproximar essas duas sociedades, sobretudo quando anali-

¹⁷ Meios de Consumo Coletivos são os serviços consumidos pela coletividade: rede de água, luz, telefone, saneamento básico, pavimentação, transportes públicos, escolas e hospitais.

samos o tema central da nossa pesquisa: a habitação.

As duas últimas perguntas da enquete indagavam sobre o lugar dos moradores numa escala social de quatro patamares (carentes, modestos, médios e ricos) e qual a concepção de “carentes” que eles reconheciam como legítima, ou seja, para considerar uma pessoa carente qual deveria ser sua condição. Nessas respostas, obtivemos diferenças significativas.

Entre os brasileiros 53% reconheceram-se como modestos, enquanto na França houve um empate técnico: 44% consideraram-se modestos e 44% médios, seguidos dos 6% que se consideraram ricos e 6% que se consideraram carentes. No Brasil somente 25,5% consideraram-se da classe média, 19,7% carentes e somente 1,9% consideraram-se ricos.

À estes dados, acrescentemos o significado de “carentes” para os dois grupos estudados. Para os brasileiros, carentes são aqueles que *passam fome, não têm trabalho, nem casa*. Para os franceses carentes são os que *ganham pouco, os que têm insegurança e não sabem como vai ser o dia de amanhã, não têm moradia e vivem em situação de miséria e precariedade*.

Se compararmos o conteúdo das respostas acima, veremos que eles nos falam de estatutos sociais diferenciados. *Passar fome, não ter trabalho, nem casa*, é o estatuto dado aos SDF (Sem Domicílio Fixo) franceses, ou seja, às pessoas que vivem nas ruas. Para os franceses, entretanto, não é preciso chegar a tanto para ser considerado carente - condição atribuída aos *baixos salários* e, por conseguinte, aqueles *que têm insegurança sobre o dia de amanhã*, incluindo os que *não têm moradia* e os que vivem em *situação de precariedade*.

Ao que tudo indica, precariedade na França está relacionada ao fato de precisar de ajuda, que é fartamente oferecida em diversas instituições de cunho social, enquanto no Brasil está associada a abandono, que coloca em risco a própria existência.

Tanto na França como no Brasil, desfavorecidos e carentes são identificados como os responsáveis pela degradação, violência e, por conseguinte, pela imagem negativa atribuída aos bairros. Em relação a esse aspecto, mesmo com diferenças materiais significativas como acabamos de demonstrar ao longo deste artigo, a imagem dos lugares sucumbe fazendo com que a insegurança, o medo e a incerteza marquem profundamente as habitações de baixa renda, aproximando universos culturais tão distintos como o do Brasil e da França. Dito de outra forma, só se reconhecem a presença de “maus elementos” ameaçadores da ordem social nestes espaços que, por sua vez, são também identificados como degradados e degradantes destes mesmos valores.

Essa imagem, no nosso entender, funciona como um discurso performativo que dialoga constantemente com os que estão “dentro” e os que estão “fora” dos espaços de concentração de baixa renda, reforçando o ditado popular que diz “*diga-me onde moras e te direi quem és!*”

Em relação à satisfação dos moradores dessas habitações, a referência de *contentamento* é dada em cada sociedade de maneira distinta e relaciona-se às experiências acumuladas, em cada momento histórico, do conjunto da população. Como atualmente na França não existem conjuntos habitacionais que possam ser comparados às favelas brasileiras, a consideração do que é “bom” ou “ruim” pauta-se nos *HLM* de construção mais antiga e degradados simbólica e

materialmente. São estes *HLM* degradados que vão formar a base da satisfação em relação a moradia, ou seja, eles serão o marco inicial a partir do qual se ergue uma escala de referência entre o que é “morar mal” e “morar bem”.

Nos anos 70, os *HLM* desfrutavam de enorme prestígio social e os grandes conjuntos¹⁸ representavam uma solução moderna, racional e desejada para a crise habitacional da época. Após alguns anos de experiência real vivida pelos moradores nos grandes conjuntos – que aglomeravam enormes contingentes de população de baixa renda – as chamadas *cités* francesas viram o sonho transformar-se em pesadelo. A reunião dessa população, com dificuldades econômicas, gerou concentrações de problemas sociais de difícil solução como a degradação, a violência e a exclusão.

Na cidade de Le Mans, em resposta a estes problemas, alguns edifícios de *HLM* foram demolidos e suas populações dispersadas em bairros distintos com a intenção clara e explícita de promover o que parece ser a solução para este impasse: a “mixité” social.

No que diz respeito ao Brasil, o padrão de contentamento vai se estabelecer em função da existência das favelas e, no caso da nossa pesquisa de campo, do lugar imediatamente anterior de moradia da maior parte dos nossos entrevistados. É em relação a este lugar que teremos um índice de satisfação da moradia

¹⁸ Grands Ensembles (Grandes Conjuntos) é uma expressão que designa “importante concentração de altas construções – grupo de centenas a milhares de habitações, bastante próximos uns dos outros, com formas repetidas, pobreza arquitetural, fachadas pré-fabricadas, processos standart e industriais de fabricação, possuem equipamentos coletivos indispensáveis à vida urbana, posição periférica em relação à cidade, simplicidade funcional, exclusivamente residencial e povoamento característico.” Pluochart, Louisa. *Comprendre Les Grands Ensembles: une exploration des représentations et des perceptions*. p.16.

atual muito maior no Brasil do que na França. Mesmo assim, aqui também – no Brasil – a “mixité” social parece ser indicativo de maior estabilidade e menor conflito social. Nessa perspectiva, a maioria dos habitantes dos assentamentos estudados relata que o pior período – no que diz respeito a conflitos dentro da comunidade – foi imediatamente posterior a transferência dos moradores para as novas habitações. Segundo os depoimentos, à medida que o tempo foi passando os “*mala ruim*”¹⁹ acabaram abandonando ou vendendo as moradias e os novos compradores – também identificados como os de maior poder aquisitivo – parecem ter se integrado melhor na comunidade.

Se esta “mixité” deu-se de forma espontânea, pela falta de controle dos órgãos públicos em evitarem a venda das moradias nesses assentamentos, pensar e estimular uma “*mixité*”, sem que isso se transforme em nova exclusão dos mais frágeis economicamente, parece ser o desafio das políticas públicas de inserção social.

Em relação ao nosso propósito inicial, de descobrir se o referente que classifica as sociedades em subdesenvolvida e desenvolvida tem alguma implicação na construção dos imaginários que inventam as moradias de baixa renda, pensamos ter esclarecido que: à medida que cada sociedade institui diferentes patamares de moradia para as camadas mais desfavorecidas, ela institui também os elementos que permitem imaginá-la seja, do ponto de vista do conforto, tamanho, localização ou ainda, da qualidade dos materiais empregados.

Se por um lado, em Le Mans, houve uma produção incomparavelmente maior

¹⁹ Mala ruim é uma expressão utilizada pelos moradores para designar as pessoas que causam problemas como por exemplo, os drogados, bagunceiros, baderneiros – normalmente também identificados como ladrões e desonestos.

de habitações para as camadas de baixa renda, alguns modelos dessa produção mostraram-se bastante complexos e não raro, problemáticos, como é o caso dos grandes conjuntos; por outro, em Florianópolis, tivemos uma produção sensivelmente menor, e do ponto de vista estrutural evitou alguns erros como os grandes conjuntos, mas continua abaixo do desejado em termos de localização, tamanho e conforto das habitações. De todas as obras realizadas na Grande Florianópolis, apenas duas se assemelham aos grandes conjuntos franceses.

Sobre as preferências dos moradores, “escutar” seu depoimento talvez possa servir de baliza do que pode e do que não deve ser feito em matéria de habitação para as camadas de baixa renda e, tendo em vista a inserção social, sugerimos: 1) Quanto mais bem localizados os assentamentos, mais fácil a inserção e maior a satisfação: vis-à-vis, o exemplo do Conjunto Habitacional Via Expressa que possui as piores condições em termos de moradia – menores, mal distribuídas e mais mal acabadas – e ao mesmo tempo os maiores índices de satisfação; 2) A imagem do território²⁰ habitacional influi diretamente na apropriação dos espaços de habitação, lugares de convívio e de identificação dos moradores.

Contemporaneamente, a moradia ideal ou dos sonhos está associada em primeiro lugar a um espaço privado e individual, localizado numa cidade ou próximo a ela, e que ofereça uma gama de equipamentos urbanos, sendo assim, referendada por uma imagem positiva. Juntos, esses elementos parecem com-

²⁰ Tomamos aqui o sentido dado por LEITE (1996) para quem “território é o lugar inscrito em limites que indica a presença de uma fronteira concreta, simbólica ou ambas; que torna visível o grupo na dimensão espaço-temporal e indica uma certa unidade, dentro da diversidade.”

por o que os moradores designariam como cidadania e nós, como inserção social à escala territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, S., DE ANDRADE, L.A.G. (1982). *Habitação e poder: da fundação da casa popular ao banco nacional da habitação*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- BACZKO, B. (1985). *Enciclopédia Einaudi*. vol. 5, Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- BALLAIN, R., BENGUIGUI, F. (1995). *Loger Les Personnes Défavorisées: une politique publique sous le regard des chercheurs*. Ministère du Logement. Plan Construction et Architecture. Paris: La Documentation Française.
- BERTRAND, J.R., CHEVALIER, J. (1996). *Marchés et Politiques de L'Habitat: Le Mans et son agglomération*. Plan Construction et Architecture – Caisse des Dépôts et Consignations – Réseau Socio-Économie de L'Habitat, GDR 1000. Le Mans, Université du Maine.
- BERTRAND, J.R., CHEVALIER, J. (1998). *Logement et Habitat Dans Les Villes Européennes. Collection Géographie Sociale*. Paris: Editions L'Harmattan.
- BERTRAND, J., CHEVALIER, J., DODIER, R., GASNIER, A. (2000). *Le Mans: peut-on changer la ville?* Paris: Anthropos, Coll. Villes .
- BONDUKI, N. (1999). *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP.
- BRANCHET, A.; GOTMAN, A. (2001). *L'Enquête et ses Méthodes: l'entretien*. Saint-Germain-du-Puy : Nathan.
- CASTORIADIS, C. (1991). *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.

- CANCLINI, N.G. (1998). *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP.
- CHAUÍ, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- DEBBASCH, C., PONTIER, J.M. (2001). *La Société Française*. 4. ed. Paris: Armand Colin.
- DIAS, V.L.N., FARIAS, J. (2000). Urbanização do Campeche: identidade étnica e experiência dos nativos. *Revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP - UDESC*. vol. 1, n. 1. p. 47-75.
- DIAS, V.L.N. (2003). Geografia e representações: ensaio de uma metodologia de pesquisa. *Revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP- UDESC* (no prelo).
- FANTIN, M. (2000). *Cidade Dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura.
- FERREIRA, A.B.H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FOURNIER, J.M.; SABOT, E. (2001). Comparer: une démarche de recherche stimulant et risquée. *Revue du ESO – Espaces Géographiques et Sociétés – Travaux et Documents de l'UMR 6590 n° 16*, Nantes: Imprimerie La Contemporaine.
- FRANZONI, T.M. (1993). *As “perigosas” relações entre movimento popular comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- LEGRAIN, M., GARNIER, Y., VINCIGUERRA, M. (2002). *Le petit Larousse grand format*. Paris: Éditions Larousse.
- LEITE, I.B. (1996). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- MAGNANI, J.G.C. , TORRES, L.L. (2000). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP/ FAPESP.

- MAGRI, S. (1998). *L'Émergence du Logement Social: objectifs et moyens d'une réforme (1894-1930). Logement et habitat l'état des savoirs*. Paris: Editions La découverte. (Collection Textes à l'appui).
- ARANTES, O. VAMER, C., MARICATO E. (2000). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- MORET, F. (1988). Le logement et la question sociale (1830-1870). In: SEGAUD, M. BONVALET, C., BRUN J. (Org.). *Logement et habitat l'état des savoirs*. Paris: Editions La découverte, (Collection Textes à l'appui.). pp. 19-26.
- PELUSO, M. (1997). A casa própria e o sonho. In SILVA, J.B. da; COSTA, M.C.L.; DANTAS, E.W.C. (Org.). *A cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza: EUFC, pp.235-243.
- PLOUCHART, L. (1999). *Comprendre les Grands Ensembles: une exploration des représentations et des perceptions*. Paris: L'Harmattan.
- ROBERT, P. (1996). *Petit Robert, dictionnaire de la langue française*. Paris: Éditions du Petit Robert.
- RONCAYOLO, M., DE LILLE, L.C., FIJALKOW, Y. (1998). Ville et Logement: catégories statistiques et indicateurs sociaux (XIX - XX siècle). In: SEGAUD, M. BONVALET, C., BRUN J. (Org.). *Logement et habitat l'état des savoirs*. Paris: Editions La découverte, collection Textes à l'appui. pp. 27-33.
- VEYNE, P. (1971). *Como se escreve a história*. Portugal: Edições 70.